



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU

PT

Discurso

18 de janeiro de 2021

Discurso proferido por Klaus-Heiner Lehne, Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Apresentação do Relatório Anual do TCE relativo a 2019

Período de sessões do Parlamento Europeu (Bruxelas)

18 de janeiro de 2021

**Em caso de diferenças,
faz fé o discurso proferido.**

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxemburgo

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

Exmo. Senhor Presidente,

Exma. Senhora Monika Hohlmeier, Presidente da Comissão do Controlo Orçamental,

Exmos. Senhores Relatores e Relatores-Sombra para a quitação,

Exmos. Senhores Deputados,

Exmo. Senhor Comissário Johannes Hahn,

Exmos. representantes da Presidência do Conselho,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Vivemos em tempos difíceis. Como sempre na nossa União Europeia, as grandes crises conduzem a grandes avanços e inovações que pensávamos impossíveis apenas alguns meses antes.

Graças à tenacidade deste Parlamento, as grandes decisões e acordos que vão dar forma às finanças da UE durante os próximos sete anos foram concluídos em tempo útil. Aproveito também esta oportunidade para felicitar a Presidência cessante do Conselho e a Comissão. Podemos agora aguardar com expectativa que os Estados-Membros ratifiquem sem demora a Decisão Recursos Próprios.

Tenho o prazer de ter comigo o meu colega Tony Murphy, o Membro do Tribunal responsável pelo Relatório Anual, para apresentar e debater convosco o Relatório Anual do Tribunal de Contas relativo ao exercício de 2019.

Devido às circunstâncias específicas decorrentes da crise em curso provocada pela COVID-19, a apresentação relativa a esse ano realiza-se um pouco mais tarde do que tem sido a prática habitual. Mas este atraso poderá mesmo ser uma **vantagem**, pois a Comissão do Controlo Orçamental está já bem avançada no seu trabalho relativo à quitação. As ideias que V. Exas. puderam formar através das várias audições nas últimas semanas podem, assim, contribuir já para o debate de hoje, o que não é de todo uma má ideia.

É especialmente importante que as decisões políticas que venham a tomar ou que aprovem neste Parlamento se traduzam em resultados práticos. Que possam avaliar o que funcionou ou não e como melhorar as coisas. É aqui que entram as auditorias pormenorizadas e independentes realizadas pelo Tribunal.

Nesta data, as nossas constatações relativas ao exercício de 2019 são já bem conhecidas. Continuamos a formular uma opinião favorável sobre a fiabilidade das contas e sobre a regularidade das receitas.

Quanto às despesas, estimamos que a taxa de erro global se manteve **estável**, tendo sido de **2,7%** em 2019, em comparação com 2,6% em 2018. É evidente que esta estimativa global não reflete as diferenças consideráveis que existem entre os domínios de intervenção.

No domínio da **Competitividade**, estimamos um aumento da taxa de erro (**4%**), sobretudo no que diz respeito aos custos não elegíveis.

Nos **Recursos Naturais**, constatámos melhorias que resultam num nível de erro estimado de **1,9%**.

No domínio da **Administração**, não encontramos qualquer erro material, à semelhança dos anos anteriores.

Na **Coesão**, tendo em conta as correções das autoridades dos Estados-Membros, estimamos que a taxa de erro neste domínio se situe em **4,4%**, um nível inferior ao do ano passado, mas que continua a ser significativo. Além disso, se as autoridades nacionais e a Comissão puderem corrigir as lacunas que constatámos nas suas próprias estimativas de erro nos próximos anos, podemos muito bem ter condições de recorrermos mais ao trabalho das autoridades de auditoria dos Estados-Membros, mas ainda não estamos nesse ponto. Conheço a forte determinação da Comissão em alcançar este objetivo, e precisamos de grandes esforços a todos os níveis para o fazer.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Desde há vários anos que estabelecemos uma distinção entre as despesas que consideramos de **risco elevado**, por exemplo, o domínio da Coesão, em que a gestão é partilhada com os Estados-Membros, e as que consideramos de risco reduzido. As despesas de risco elevado contêm erros materiais a uma taxa estimada de **4,9%** (2018: 4,5%). O que aconteceu em 2019 foi que a **proporção** de despesas de risco elevado, em especial na Coesão, aumentou (53%). Por si só, este aumento não é um problema, mas dá origem a que mais de metade da nossa população de auditoria esteja agora afetada por erros materiais, ou seja, o erro é generalizado. E é por este motivo que, relativamente ao exercício de 2019, o Tribunal de Contas decidiu emitir uma **opinião adversa** sobre as despesas, em vez de uma opinião com reservas, como nos anos anteriores.

Esta opinião **não** deve ser vista como uma espécie de acusação unicamente à Comissão — afinal de contas, as **autoridades dos Estados-Membros** gerem aproximadamente 74% das despesas da UE. Cada entidade

tem uma função na cadeia e uma simplificação excessiva não nos levará a lado algum. Também **não** deve ser vista como um sinal de **retrocesso** na qualidade da gestão financeira da UE. Se olharmos para a situação há uma década, verificamos que percorremos um longo caminho.

Além da conclusão geral relativa a 2019, as nossas conclusões para os diferentes domínios de despesas são **muito diversas**, e sei que V. Exas. estão a analisar estes domínios ao prepararem a decisão do Parlamento sobre a quitação.

Exmo. Senhor Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Olhando para o futuro, gostaria de insistir em três questões globais.

Em primeiro lugar, gostaria que, em vez do debate sobre os procedimentos de nomeação para a Procuradoria Europeia, que o Parlamento irá realizar esta semana (que são importantes, sem dúvida), estivéssemos já a ver a Procuradoria Europeia em ação, **protegendo com verdadeira eficácia os interesses financeiros da UE** contra irregularidades e fraude, exatamente como se se tratassem de interesses financeiros nacionais. Já é tempo de pôr a Procuradoria a funcionar e de lhe dar os recursos adequados, e estou ciente da forte determinação, da Procuradora-Geral e vossa, em fazer com que isso aconteça. O Tribunal de Contas está, naturalmente, empenhado em apoiar este esforço sempre que possível, em consonância com o seu mandato de auditoria.

Em segundo lugar, constatamos que os relatórios do Tribunal de Contas são referidos como uma das possíveis fontes de informação a ter em conta para as avaliações qualitativas realizadas pela Comissão no âmbito do Regulamento 2020/2092 (o "regime geral de **condicionalidade** para a proteção do orçamento da União"). Ao reconhecer o óbvio, nomeadamente que "existe uma relação clara entre o respeito pelo Estado de direito e a execução eficiente do orçamento da União de acordo com os princípios da boa gestão financeira", o legislador da UE traçou uma linha divisória que terá agora de ser aplicada na prática sempre que necessário. Congratulo-me com o facto de várias das nossas recomendações terem sido tidas em consideração durante o processo legislativo, designadamente a posição dos destinatários ou beneficiários finais dos fundos da UE.

Em terceiro lugar, nos nossos relatórios chamámos repetidamente a vossa atenção para o facto de muitos Estados-Membros continuarem a enfrentar dificuldades na **absorção** dos fundos da UE, quaisquer que sejam os objetivos ou requisitos fixados a nível político. Esta dificuldade contribuiu para inflacionar as autorizações por liquidar, que atingiram 298 mil milhões de euros no final de 2019, o que significa que

ainda não foi dado o devido uso a este montante, conforme pretendido pelos legisladores. O problema dos atrasos nas despesas tem de ser corrigido urgentemente pelos Estados-Membros em causa.

Aproveito também a oportunidade deste debate para tecer dois comentários mais práticos e orientados para o futuro.

Com o início do *Next Generation EU*, as despesas da UE quase duplicarão nos próximos anos. Já debatemos este ponto na Comissão CONT, na última vez em que me dirigi a V. Exas., em novembro. Gostaria de os informar de que estamos a avaliar o significado deste aumento para nós enquanto auditores, em termos de **deveres** e em termos dos recursos necessários. Parece óbvio que esta questão terá implicações nos **recursos humanos**, e espero em breve poder dar-vos informações atualizadas a este respeito.

Por último, gostaria de salientar o relatório-piloto do Tribunal, intitulado "Relatório sobre o desempenho do orçamento da UE – Situação no final de 2019", que responde ao desejo de muitos de vós de o nosso trabalho de auditoria se centrar mais no desempenho do orçamento da UE e de avaliar as informações prestadas pela Comissão a esse respeito.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, e concluo aqui,

Nestes tempos de crise, os Estados-Membros e a Comissão Europeia têm a enorme responsabilidade de gerir as finanças da UE de uma forma que prime pela qualidade e eficácia. O relatório anual do Tribunal, que gostaria de debater hoje com V. Exas., mostra que são necessários **mais esforços**. E enquanto deputados diretamente eleitos ao Parlamento, V. Exas. têm uma **grande responsabilidade** no exercício do controlo legislativo e político para garantir que assim seja.

Muito obrigado pela vossa atenção.